

Interação social, novas mídias e cidadania: apontamentos para a análise da recomposição de identidades ameaçadas

*Hermílio Santos**

Ao se propor a investigação acerca das pré-condições para o exercício da cidadania, a literatura sociológica tem apresentado uma maior receptividade às análises sobre desigualdade e exclusão social que não estejam fundamentadas exclusivamente na abordagem de classes sociais (Anthias, 2001). De um lado, a distinção entre classe social e grupos de *status* oferece uma abordagem bastante influente. Classe social refere-se a um grupo de indivíduos que, “partilhando a mesma ‘situação de classe’, isto é, a mesma ‘situação de mercado’, têm as mesmas oportunidades típicas no mercado de bens e de trabalho, de condições de existência e de experiências pessoais...” (Bourdieu, 1974: 64). Já os grupos de *status* referem-se ao “conjunto de homens definidos por certa posição na hierarquia da honra e do prestígio” (Bourdieu, idem: ib.). Assim, enquanto o pertencimento a uma classe é determinado pela rela-

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS.

| | | | | | |
|----------------|--------------|------|------|----------------|---------|
| <i>Civitas</i> | Porto Alegre | v. 7 | n. 2 | jul.-dez. 2007 | p. 9-24 |
|----------------|--------------|------|------|----------------|---------|

ção com a produção e aquisição de bens, os grupos de *status* relacionam-se ao consumo desses bens, determinado a partir do estilo de vida. O conceito de *habitus* proposto por Bourdieu pretende dar conta justamente destas formas de distinção. *Habitus* revela um conhecimento adquirido, mas também uma posse, um capital (Bourdieu, 1989: 61), traduzido tanto pelos estilos de vida, como também pelos julgamentos políticos, morais e estéticos. Os traços constituintes do *status* são, assim, de ordem simbólica. Lança-se mão desta análise para se determinar as relações que impactam a vida dos indivíduos na sociedade (Anthias, 2001: 840), onde o que conta é a distinção, ou seja, distinguir-se dos outros é cultivar sua diferença (Cabin, 2000: 28).

Por outro lado, abordagens ancoradas na análise de autores identificados como pertencentes ou afinados com a escola do interacionismo simbólico – como Blumer (1969) e Goffman (1967) –, com a fenomenologia – por exemplo, Alfred Schutz (1972 e 1979) –, com a etnometodologia de Garfinkel (2002) ou ainda de autores aos quais se poderia atribuir alguma influência no desenvolvimento dessas escolas interpretativas – como Simmel (1971) e Mead (1972),¹ oferecem elementos promissores para o entendimento da questão em tela.

Tendo como suporte teórico as escolas micro-sociológicas mencionadas acima, o artigo apresenta uma reflexão em torno da interação social na vida cotidiana como elemento definidor de pertencimento dos indivíduos à sociedade e, por conseguinte, como pressuposto indispensável ao exercício efetivo da cidadania. Diferentes fatores podem comprometer, contudo, a habilidade individual para a construção do *self*, o que impacta sua capacidade de interação social. Na tentativa de estabelecer mecanismos capazes de rearticular a capacidade de construção ou reconstrução do *self* por parte dos indivíduos, observa-se a recorrência no uso de novas mídias nesse empreendimento. Novas mídias parecem cumprir um papel relevante nesse processo devido à sua capacidade potencial de dar suporte à reconstrução da face (Goffman, 1967), o que, por sua vez, reforça a habilidade individual de exercer a cidadania. Argumentamos aqui que as condições de possibilidade para o exercício da cidadania estão fortemente informadas pelo controle de recursos simbólicos, indispensáveis no estabelecimento de relações interativas, consideradas

¹ Nem todas essas abordagens serão discutidas ao longo desse artigo.

aqui como uma pré-condição ao reconhecimento social. Nesse sentido, parecem ser relevantes não apenas os recursos materiais, dados pelas condições econômicas, mas também os recursos simbólicos controlados pelos indivíduos. A discussão teórica a seguir procura abordar essas questões.

Alteridade e a construção simbólica da comunidade

De acordo com Mead (1972), o *alter* é o grupo organizado de atitudes das respostas dos outros que o indivíduo assume enquanto suas. Com isso, a alteridade implicaria na percepção e reconhecimento do outro. Esse reconhecimento não implica, contudo, qualquer indício de mimetismo ou mesmo de aceitação *a priori* do outro. Assim, a alteridade é um momento indispensável no processo interativo, mas não é garantia de que esse processo se desenvolva de forma simétrica, ou seja, de que os sujeitos envolvidos nesse processo se beneficiem igualmente dos dividendos interativos daí resultantes. A alteridade, ou seja, a relação do *eu* com o *outro*, pode provocar medo, segregação e exclusão (Jovchelovitch, 1998: 69) e não é, portanto, unicamente produto de construção social, mas sim “produto de duplo processo de construção e de exclusão social” (Jodelet, 1998: 47).

As formas correntes de interação são possíveis por estarem orientadas pela construção de alteridade. As comunidades se afirmam e são possíveis na medida em que há a percepção do eu e do outro, ou seja, a percepção da identidade e da diversidade. Entretanto, tal percepção não está orientada necessariamente para a integração da pluralidade no processo interativo. Ao contrário, o que está por detrás da construção de comunidades é precisamente a tentativa de exclusão da diferença, na medida em que as comunidades não devem ser violadas por “intrusos”.² As comunidades representariam um momento reservado ao convívio com o semelhante e não com o distinto.

Com alguma frequência, buscando-se contrapor sociedade à comunidade, estas são descritas como se não fossem, elas próprias, estratificadas, aceitando a todos indistintamente. A estratificação social também está presente nas comunidades, assim como em qualquer contexto regular de interação face a face (Simmel, 1971). Essa estratificação está fundada em diferentes fatores,

² Sobre isso ver Elias e Scotson (2000).

entre eles pelos graus distintos de contribuição dada por cada membro da comunidade, de acordo com diferentes níveis de habilidades ou conhecimentos valorizados, atributos sociais ou físicos, dentre outros (Brint, 2001: 15).

De acordo com Parsons (1959: 101-105), o traço mais relevante a distinguir a comunidade da sociedade é fornecido pelas relações sociais que se estabelecem, constituindo a orientação geral para a ação guiada pelos valores. Tais relações sociais estão bifurcadas: de um lado as relações societárias e de outro as relações comunitárias. Ao contrário de Tönnies (1947), contudo, Parsons procura explicitar as múltiplas dimensões envolvidas nesta oposição, ou seja, as relações sociais não estariam organizadas bipolarmente. Tais dimensões são apresentadas por uma série de dilemas com os quais está confrontado qualquer ator social. A esses dilemas Parsons chamou variáveis estruturais, formando ao todo os seguintes quatro pares de dilemas: entre universalismo e particularismo; entre desempenho e qualidade; entre neutralidade afetiva e afetividade; e entre especificidade e difusão. Enquanto as primeiras opções correspondem às relações societárias, a segunda opção refere-se às relações comunitárias. Contudo, esta oposição não quer significar que as opções cotidianas de um curso de ação excluam, sob determinadas circunstâncias, a possibilidade de se agir seguindo um curso de ação oposto. Isso significa que as relações comunitárias implicam necessariamente ter presente as relações societárias, assim como as relações societárias não se desenrolam sem ter presente que os indivíduos estão ao mesmo tempo inseridos em relações comunitárias (Rocher, 1976: 44).

Apesar do uso crescente e intenso da Internet como meio de comunicação nos lembrar da possibilidade de criação de comunidades não conectadas pelo espaço físico, ainda articulamos a idéia de comunidade à imagem de compartilhamento da geografia. Essa imagem ainda é mais nítida quando se fala em comunidades locais. O adjetivo “local” embutido no substantivo composto “comunidades locais” não parece deixar dúvida de que, de fato, estamos tratando de comunidades que estão circunscritas pela delimitação espacial. Entretanto, quais as condições para que possamos falar em comunidades locais?

Para se falar em comunidades locais não há dúvida que a geografia constitui o ponto de partida. Porém, uma distinção conceitual entre grupo e categoria deve ser levada em consideração para que possamos ter presente que outros

elementos devem ser introduzidos para nos permitir fazer referência a comunidades locais. Embora o processo de categorização invoque a identidade de grupo, isto não chega a criar necessariamente um grupo real (Jenkins, 2002: 88). Alguns autores reconhecem a existência de situações em que ocorre a identificação do grupo ou de uma coletividade através de categorização prévia. Este fenômeno está bastante bem compreendido por meio da formulação de Marx da distinção entre “classe em si” e “classe para si”. A classe trabalhadora, por exemplo, por compartilhar a situação de não possuir os meios de produção se constituiria numa classe em si, por estarem assim alienados do resultado do seu trabalho. Por esta mesma razão, ou seja, por compartilharem uma situação semelhante, possuiriam interesses semelhantes. Tais interesses, contudo, apenas poderiam ser concretizados caso os trabalhadores se constituíssem em uma classe para si, ou seja, realizassem, eles próprios, seus interesses, constituindo-se assim em um ator coletivo. Esta formulação, embora remota e cujo uso derivou inúmeras tentativas de articulação política – muitas delas desastrosas –, poderá nos ser útil aqui para analisar a possibilidade de constituição de comunidades, e mais especificamente, de comunidades locais.

Podemos aqui recorrer à análise de Marx para discutir a possibilidade de constituição de comunidades locais, introduzindo, entretanto, alguns reparos, inspirados nas modificações já sugeridas por Touraine. Touraine (2001: 105), ao analisar a constituição de sujeitos históricos coletivos, afirma que se trata de uma impossibilidade falar-se em classe em si, mas tão-somente em classe para si. Para aquilo que Marx e os marxistas chamam de classe em si, Touraine prefere, assim como Weber, o termo situações de classe. O motivo apresentado pelo sociólogo francês é o fato de esta terminologia proposta evitar a confusão de acreditar que o fato de compartilhar condições objetivas de relação vis-à-vis os meios de produção sejam suficientes para a constituição de um sujeito coletivo. A constituição deste sujeito dependeria, mais do que o compartilhamento de situações de classe, do fato de compartilharem ações, a partir do reconhecimento da situação de dominação e alienação a que estão submetidos. De maneira análoga, o conceito de comunidade local seria de pouca utilidade caso o critério de sua identificação fosse exclusivamente o fato de compartilhar situações objetivas de vida, como condição e localização da moradia, ou ainda local de trabalho.

Nossa referência a comunidades locais tem como pressuposto a existência de uma comunidade para si, para falar em termos marxianos. Comunidade local, tal como estamos concebendo aqui, pressupõe necessariamente o compartilhamento de uma identidade coletiva expressa por valores comuns. Isso significa que as pessoas de uma determinada comunidade devem possuir algo socialmente significativo em comum, tendo em tal elemento ou elementos o demarcador de fronteiras, pois “...o significado subjetivo que o grupo tem para os seus membros consiste em seu conhecimento de uma situação comum e, com ela, de um sistema comum de tipificações e relevâncias” (Schutz, 1979: 82). Ou seja, não se poderia reconhecer similaridades sem se delinear ao mesmo tempo as diferenças (Jenkins, 2002: 80). Diferentemente, porém, do conceito de classe para si, o conceito de comunidade local não significa a constituição de um sujeito coletivo histórico, ou seja, aquele que se coloca o projeto de inverter as relações de dominação existentes na sociedade tal como identificadas pela literatura marxista. Ao contrário, o sentido de comunidade utilizado aqui se refere ao compartilhamento de significados que dão sustentação aos relacionamentos sociais (Schutz, 1979: 80; Schutz, 1972: 202).

O exposto acima implica em minimizar o acento sobre a forma possível assumida por uma comunidade e colocar em relevo seu conteúdo, ou seja, implica em relacionar o conceito de comunidade ao conceito de identidade. A presença social real de uma comunidade pressupõe o reconhecimento de sua identidade não apenas por seus membros, mas também por parte das demais comunidades. É precisamente este possível reconhecimento identitário, ao mesmo tempo interno e externo, que torna o vínculo entre comunidade e sociedade mais consistente. Ao contrário, o descompasso exacerbado nesse reconhecimento entre as identidades comunitárias e societárias pode significar o surgimento de problemas sociais de grande profundidade, pois não se trata apenas de assimetria quanto ao acesso aos bens públicos. Relevante parece ser, igualmente, a assimetria no compartilhamento de valores comuns entre sociedade e os membros das distintas comunidades. O não compartilhamento de valores comuns pode ensejar ameaças aos próprios indivíduos, que vêm comprometidas, de alguma maneira, as suas possibilidades de manutenção do fluxo interativo na sua comunidade, bem como na sociedade à qual estão vinculados. A persistência desse processo pode acarretar a deterioração ou ameaça às identidades individuais.

Fronteiras no exercício da cidadania

No processo de interação face a face parece haver um espaço razoável para a recuperação das identidades deterioradas. Em seu estudo sobre os rituais de interação, Goffman analisa o trabalho de construção da face (Goffman, 1967). O termo face é definido como os valores que uma pessoa reivindica para si durante o contato com outros. Assim, face indica uma imagem do *self* delimitada em termos de atributos socialmente aceitos (Goffman, 1967: 5). Nesse sentido, a própria face e a face de outros constituem construtos da mesma ordem, no sentido de que são as regras do grupo que determinam o sentimento e a aceitação das faces envolvidas. Vivemos, no entanto, situações em que nossa face é ameaçada ou deteriorada. Nessas situações podemos ser alvos de estigma por parte dos membros da comunidade da qual fazemos parte, sem que apresentemos características físicas que evidenciem tal estado. Nem todos, contudo, estão em condições de recompor a face, não apenas em função de uma eventual situação psicológica pouco favorável, mas também pelas condições sociais nas quais estão submetidos. De acordo com Goffman, os outros membros da comunidade podem assumir um papel destacado na recomposição da face daqueles em situação de face ameaçada ou deteriorada. Esse processo pode ser realizado por indivíduos espontaneamente, ou ainda pode ser um trabalho direcionado e consciente. Goffman sugere uma cooperação no trabalho de (re)construção da face ameaçada. No processo interativo, fundamental é a preservação da singularidade da comunicação daqueles envolvidos nesse processo. Aqui, singularidade é entendida enquanto a possibilidade que cada indivíduo envolvido em um processo de interação possui para modificar o conteúdo do processo comunicativo, no sentido de que é possível a qualquer um “a transmissão de sua própria substância” (Simmel, 1971: 44), o que, segundo Simmel, é a natureza mesma da interação.

Devemos então questionar quanto às condições de possibilidade para a preservação da singularidade daqueles envolvidos em processos interativos. Sem abordar tais questões diretamente, a literatura teórica sobre cidadania privilegia os aspectos políticos e econômicos como forma de garantir as condições necessárias para o reconhecimento de indivíduos nos processos sociais.³ Com isso, deixa-se de privilegiar outros aspectos que parecem igual-

³ Silva aponta para a complementaridade entre os conceitos de cidadania e reconhecimento (2000:131).

mente relevantes para viabilizar o exercício da cidadania, notadamente os aspectos simbólicos, expressos na capacidade dos indivíduos de estabelecerem relações interativas.

De acordo com Mead, o processo no qual surge o *self* é um processo social, que envolve a interação de indivíduos da comunidade e a pré-existência dessa comunidade (Mead, 1972: 164). A comunidade ou sistema social é caracterizado pela interação do *ego* com o *alter*, mutuamente orientados. A complementaridade ou reciprocidade é possível em razão das condições prévias da existência de uma comunicação através de um “sistema comum de símbolos” ou “cultura comum” (Parsons, 1962: 105). Para o bom funcionamento do sistema social, o sistema comum de símbolos deve ser compatível e adequado à integração do sistema de cultura com os indivíduos que dão vida a este sistema, enquanto organismos e personalidades. Para além disso, os sujeitos (ou atores) devem ser capazes de corresponder às exigências do sistema de papéis. Ou seja, tais atores devem ser capazes de evitar ações excessivamente passivas (o que impede a naturalidade do sistema), e tornar possível a realização das expectativas que garantem o funcionamento adequado do sistema. E é precisamente através da interação que a motivação do *ego* e do *alter* se integram aos padrões normativos, constituindo assim um sistema social (Parsons, 1959: 25). Uma característica fundamental de um sistema social é sua capacidade de se manter em uma relação de interdependência com suas partes constituintes, uma vez que tais relações não ocorrem ao acaso. Aqui, interdependência implica certa ordem nas relações entre os elementos constituintes de um sistema. Tal ordem deve possuir uma tendência à sua auto-manutenção, expressa através da idéia de equilíbrio, não necessariamente estático ou estável (Parsons, 1962: 107).

O *self*, que surge a partir desse sistema comum de símbolos, é algo distinto do organismo fisiológico de um indivíduo, não está presente desde seu nascimento, mas surge, acima de tudo, através do processo de atividades sociais, ou seja, através da relação com outros indivíduos. É impossível conceber a constituição do *self* fora da experiência social, apartada da interação entre indivíduos. Isso equivale a dizer que o *self* apenas pode surgir quando em comunicação com outras pessoas através de símbolos. O processo de assunção de papéis é fundamental na constituição do *self*, e marcado por três fases: a) a fase preparatória, a fase da repetição; b) a fase do brincar (*play*), na qual o indivíduo aprende como assumir papéis e c) a fase do jogo (*game*), quando o indivíduo é confrontado com o outro generalizado, ou seja, quando o indivíduo atua de acordo com as expecta-

tivas das ações dos outros que tomam parte no jogo (Mead, 1972, Parte III). Aqui, “outro” refere-se à organização das atitudes daqueles envolvidos no mesmo processo. A interação ocorre quando se dá a adoção recíproca de papéis, ou seja, quando dois ou mais indivíduos fazem inferências sobre seus próprios papéis e assumem simbolicamente – não fisicamente – o papel do outro, utilizando este processo enquanto orientação para suas ações (Berlo, 1999: 131).

Parece-me que indivíduos em situações econômicas desfavoráveis contam não apenas com condições piores de competir no mercado e exercitar seus direitos e cumprir satisfatoriamente seus deveres de cidadão.⁴ Tais indivíduos estariam ao mesmo tempo pior posicionados para a construção do *self*, como também estariam em condições de terem deterioradas suas identidades. O ponto de partida para fundamentar as condições de possibilidade para a cidadania é que seu exercício implica em um movimento duplo: ser capaz de realizar satisfatoriamente o processo interativo e obter o reconhecimento por parte dos seus concidadãos. O que torna a vida social possível é justamente este reconhecimento, que não é unilateral, mas recíproco, como já havia sido assinalado por Hegel e Mead (Honneth, 1996: 92). Uma condição indispensável para esse reconhecimento é o estabelecimento de uma relação prática tridimensional do indivíduo com o *self*: autoconfiança, auto-respeito e auto-estima (Honneth, apud. Silva, 2000:125). Assim, indivíduos que não são capazes de estabelecer esta relação tridimensional com o *self* estariam vivenciando uma situação de deterioração de sua possibilidade de obter reconhecimento, representando sérios obstáculos ao exercício efetivo da cidadania.

Embora não se possa atribuir uma relação causal imediata, entre condições econômicas e comportamentos desviantes (Merton, 1970), condições econômicas precárias podem provocar não apenas desvantagens na competição no mercado, mas, além disso, têm o poder de deteriorar as habilidades de construção de um *self* autônomo e, por conseguinte, o estabelecimento de relações interativas. Cabe investigar as experiências que buscam claramente a recuperação das identidades deterioradas ou em processo de deterioração. Tem se tornado recorrente que essas tentativas de recomposição do *self* se dêem com suporte de novas mídias. Aqui cabe discutir o papel que tecnologias de comunicação podem cumprir nesta empreitada.

⁴ Encontramos uma variada literatura em psicologia social tematizando os aspectos psicossociais da exclusão (Sawaia, 2001).

As mídias, e não apenas as novas mídias, parecem cumprir um papel relevante, uma vez que elas contribuiriam para a recomposição das faces (tal como compreendido por Goffman, 1967) daqueles indivíduos que, potencialmente, estariam em condições identificadas como mais propensas para sua deterioração. As condições para o exercício da cidadania, segundo me parece, implicam na disposição, por parte dos indivíduos, dos recursos simbólicos necessários para estabelecer relações interativas na sociedade, consideradas aqui como pré-condição, indispensável para o reconhecimento do indivíduo por uma determinada comunidade. Nesse sentido, relevante parecem ser não apenas os recursos materiais, dados pela condição econômica, mas em especial os recursos simbólicos controlados pelos indivíduos para o exercício da cidadania. Assim, os recursos simbólicos atuam como complemento aos recursos políticos, econômicos e sociais disponíveis aos indivíduos para que possam exercer satisfatoriamente sua condição de cidadão. A presença e o manuseio de mídias não ocupam, evidentemente, um lugar central no exercício da cidadania. Contudo, para fins da análise aqui proposta, a expansão do exercício da cidadania será analisada à luz da produção de conteúdos para mídias, uma vez que esse contexto poderá deixar mais evidenciadas a construção e o manuseio de recursos simbólicos. Pretende-se chamar a atenção para outros aspectos, que não os econômicos e políticos, como pré-condições para o exercício da cidadania, sem que isso signifique minimizar a importância destes para o conceito e a prática da cidadania.

Novas mídias e a recomposição de identidades ameaçadas

As novas tecnologias de informação e comunicação têm se constituído em um novo canal de intervenção pública e de comércio, sobretudo por sua capacidade de tornar mais ágeis os processos comunicativos. Nesta direção, novas perspectivas são abertas para os indivíduos, tanto para sua inserção econômica quanto para o exercício da cidadania (Pickering, 1999). De acordo com a compreensão corrente, as novas mídias estão vinculadas ao uso do computador para distribuição e exibição de informações. Manovich (2001), por seu lado, aponta como relevante e central na caracterização das novas mídias não apenas o papel do computador na distribuição e exibição de in-

formações, como também na produção de conteúdos de mídia.⁵ O autor sugere que estaríamos no meio de uma revolução das novas mídias, cujo impacto já pode ser observado. De acordo com Manovich,

Essa nova revolução é seguramente mais profunda que as anteriores e nós estamos apenas começando a registrar seus efeitos iniciais. De fato, a introdução da prensa afetou apenas um estágio da comunicação cultural – a distribuição de mídia. Da mesma forma, a introdução da fotografia afetou apenas um tipo de comunicação cultural – imagens estáticas. Em contraste, a revolução da mídia do computador afeta todos os estágios da comunicação, incluindo a aquisição, manipulação, armazenamento e distribuição; ela também afeta todos os tipos de mídia – textos, imagens estáticas, imagens em movimento, som e construção de espaços (2001: 19; tradução minha).

Mas o que há de novo nas novas mídias? Embora parte significativa das análises sobre novas mídias chame a atenção para algumas categorias como interatividade, Manovich sugere que cinco princípios seriam os responsáveis por tornar as mídias em “novas mídias”: a representação numérica, a modularidade, a automação, a variabilidade e a transcodificação cultural. Mais que abranger todos os estágios da comunicação e todos os tipos de mídia, o aspecto inovador das novas mídias seria dado precisamente por sua linguagem, ou seja, pelo fato de serem concebidas como dados numéricos acessíveis ao computador (Manovich, 2001: 25).

Dentre as cinco principais características das novas mídias apontadas acima, a representação numérica parece ocupar o lugar central. Todos os objetos das novas mídias são compostos de códigos digitais (Manovich, 2001: 27), ou seja, são representações numéricas. Desta forma, os objetos das novas mídias podem ser descritos matematicamente, isto é, sua descrição é possível por meio de uma função matemática. Com isso, gráficos, imagens em movimento, sons, figuras, espaços e textos se tornam simplesmente um conjunto de dados computadorizados, fazendo com que os conteúdos das mídias sejam “desmaterializados”, no sentido de que são separados de sua forma física como livro impresso, foto impressa, película, etc. (Lister et al., 2003: 16). Os conteúdos estão, portanto, sujeitos à manipulação por algoritmos, o que torna possível a remoção de “ruídos” de uma fotografia, por

⁵ A importância do computador na produção de conteúdos de mídia já havia sido apontada por Peter Zec (1991).

exemplo, melhorando seus contrastes, modificando suas proporções, etc., o que torna a mídia programável. Tal possibilidade dá às mídias uma novíssima dimensão, afastando-se da padronização em massa, própria das sociedades industriais, para se tornar passível de adaptação individualizada (*customization*). Dessa maneira, a oferta e a produção de produtos e conteúdos de mídia podem direcionar-se para públicos cada vez menores, por meio de encomenda (*video-on-demand*, *pay-per-view*, comunicação móvel, dentre outras possibilidades). Além disso, a segmentação e a fragmentação de audiências parecem ter o potencial de reduzir a importância tanto da emissão em massa (*broadcasting*), quanto do horário fixo de veiculação, na medida em que é dada ao usuário a chance de escolher seus produtos no horário mais conveniente, dentre os serviços disponíveis (Steemers, 1999: 236).

As possibilidades técnicas apontadas aqui são coerentes com tendências recentes nas sociedades contemporâneas, fortemente marcadas por um processo de destradicionalização, em que o indivíduo ocupa um lugar central na definição de sua própria identidade, uma vez que “cada vez mais temos de decidir não só quem somos, e como agimos, mas como parecemos para o mundo exterior” (Giddens, 1996: 97). De acordo com Giddens, as identidades herdadas ou forjadas por um *status* tradicional não mais satisfazem aos indivíduos, fazendo com que o *self* se torne ele próprio objeto de manipulação. A representação numérica das mídias oferece um suporte valioso à demanda por esse tipo de liberdade individual, em que parece haver uma exigência para que a aparência das identidades seja passível de definição e redefinição por cada um dos indivíduos. A pluralização de oportunidades de informação e comunicação faz crescer as chances dos indivíduos de construir uma outra imagem do mundo e de si mesmos, distinta daquela fornecida pelo meio em que vivem, o que, por outro lado, aumenta o risco de conflitos em torno a normas sociais (Löffelholz e Altmeyen, 1994: 584; Giddens, 2000 e Beck, 1986).

Projetos sociais conduzidos principalmente por organizações não-governamentais lidam com o pressuposto de que o emprego diferenciado de diversas mídias (Internet, rádio, vídeo, jornal) pode otimizar as possibilidades de exercício da cidadania. Por um lado, tais iniciativas parecem dilatar a percepção corrente das mídias enquanto canais de informação para compreendê-las como tecnologias de comunicação, cumprindo dessa maneira um papel fundamental no processo interativo. Por outro lado, essas iniciativas

procuram obter o melhor das potencialidades oferecidas pelas mídias com o objetivo de reposicionar os indivíduos na sua condição de cidadão, fortalecendo a habilidade de manejar recursos simbólicos, imprescindíveis no processo interativo. O envolvimento direto em todo o processo de produção midiática pode permitir a percepção de suas realidades sociais de forma mais nítida. Essa vocalização direta, utilizando-se de recursos midiáticos, parece permitir aos indivíduos um processo reflexivo, em que esteja presente uma auto-comunicação, constituinte dos procedimentos interativos.

Diversas experiências em todo o país têm se valido do uso de diferentes mídias como suporte ao processo de recuperação de identidades deterioradas ou ameaçadas, como é o caso do Projeto Meninada do Sertão, em Nova Olinda, Ceará, coordenado pela Fundação Casa Grande; o projeto Rede Jovem de Cidadania, coordenado pela Associação Imagem Comunitária na região metropolitana de Belo Horizonte, ou ainda a TV Pinel, conduzido por internos do Hospital Psiquiátrico Pinel, no Rio de Janeiro. Projetos com escopo semelhante vêm sendo adotados também no Rio Grande do Sul. Parte da estratégia de ressocialização de adolescentes e jovens em conflito com a lei, internos na Fundação de Apoio Sócio-Educativo – FASE (ex-FEBEM), do Rio Grande do Sul, está apoiada na criação de oportunidades para que aqueles que estão em regime semi-aberto possam produzir conteúdos para diferentes mídias, como internet, rádio, vídeo e cinema. Uma dessas iniciativas é o “Projeto Jovem Comunicador”, que vem sendo conduzido em parceria entre a FASE e a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Duas outras iniciativas semelhantes a essas estão sendo iniciadas, uma delas em parceria com a Fundação Gazeta de Santa Cruz do Sul e a outra em parceria com o curso de cinema da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e o SESI-RS. Embora cada uma dessas iniciativas tenha um formato técnico distinto, todas elas têm em comum o fato de dar a oportunidade aos adolescentes e jovens em conflito com a lei expressar suas interpretações sobre o mundo da vida por conta própria, por meio da produção de conteúdos para as mídias já mencionadas acima.

Trata-se, ao que parece, de uma estratégia para retirar tais indivíduos da invisibilidade social, na medida em que podem criar uma imagem de si mesmos e do seu mundo. Tal estratégia se funda na percepção de que parte considerável dos internos desse sistema apresentaria problemas agudos de consti-

tuição de suas identidades e de manuseio de bens simbólicos que permitiria a eles constituírem o sentimento de pertencimento a suas comunidades e à sociedade. Nesse sentido, quando essas iniciativas estabelecem como ponto de partida o desafio de estimular que esses jovens representem sua interpretação do seu mundo da vida, observa-se a coerência com a análise empreendida tanto por Mead (1972) quanto por Parsons (1959), quando apontam a pré-existência – real e simbólica – da comunidade como elemento viabilizador do processo interativo.

Balanco

Procurou-se, aqui, discutir os fundamentos interativos para o exercício da cidadania. Nesse sentido, torna-se relevante destacar os processos de construção identitária, assim como da alteridade e da construção simbólica da realidade social como pressupostos da interação social. Para além das condições econômicas, o manuseio de recursos simbólicos – expressos, por exemplo, pelo compartilhamento de um sistema comum de símbolos (Parsons, 1959) ou ainda de um sistema comum de tipificações e relevâncias (Schutz, 1979) – constitui-se num pressuposto para a sedimentação das bases dinâmicas do sentimento de pertencimento a determinado contexto social, o que se constitui, de acordo com o discutido nesse texto, num pré-requisito ao estabelecimento de interações sociais fluentes e, por conseguinte, ao exercício efetivo da cidadania. Não se pretendeu, dessa maneira, minimizar a relevância das desigualdades materiais no exercício diferenciado da cidadania. Contudo, o problema ganha outra dimensão se se introduz nesse debate abordagens que chamam a atenção para os aspectos destacados ao longo desse texto, tendo em vista que a deterioração das identidades compromete a interação social. De maneira exploratória discutiu-se o processo de recomposição das identidades e, nesse contexto, o papel que novas mídias podem cumprir. Não se dispõe, ainda, de evidências empíricas que permitam afirmar de forma consistente o alcance do manuseio de novas mídias no empreendimento de recomposição de identidades ameaçadas ou deterioradas. A observação sistemática e detida do uso de novas mídias, por indivíduos nessas condições, poderá oferecer respostas às questões em tela.

Referências

- ANTHIAS, Floya. “The concept of ‘social division’ and theorising social stratification: looking at ethnicity and class”. *Sociology*, vol.35, n. 4, pp. 835-854, 2001.
- BECK, Ulrich. *Risikogesellschaft – Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1986.
- BERLO, David K. *O processo da comunicação – introdução à teoria e à prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BLUMER, Herbert. *Symbolic interactionism – perspective and method*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.
- BOURDIEU, Pierre. “Condição de classe e posição de classe”. In: AGUIAR, Neuma (org.). *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRINT, Steven. “Gemeinschaft revisited: a critique and reconstruction of the community concept”. *Sociological Theory*, 19, 2001.
- CABIN, Philippe. “Dans les coulisses de la domination”, *Sciences Humaines*, 105, 2000.
- ELIAS, Norbert e Scotson, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GARFINKEL, Harold. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *Em defesa da sociologia – Ensaio, interpretações e réplicas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual*. New York: Anchor Books, 1967.
- HONNETH, Axel. *The struggle for recognition*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996.
- JENKINS, Richard. *Social identity*. London: Routledge, 2002.
- JODELET, Denise. “A alteridade como produto e processo psicossocial”. In: ARRUDA, Angela (org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. “Re(des)cobrimo o outro – Para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais”. In: ARRUDA, Angela (org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LISTER, Martin et al. *New media: a critical introduction*. London: Routledge, 2003.

LÖFFENHOLZ, Martin; ALTMEPPEN, Klaus-Dieter. “Kommunikation in der Informationsgesellschaft”. In: MERTEN, K.; SCHMIDT, S.J.; WEISCHENBERG, S. (orgs.). *Die Wirklichkeit der Medien – Eine Einführung in die Kommunikationswissenschaft*. Opladen, Wesdeutscher Verlag, 1994.

MANOVICH, Lev. *The language of new media*. Cambridge: MIT, 2001.

MEAD, Georg H. *Mind, self and society*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

PARSONS, Talcott. *Toward a general theory of action*. Cambridge/MA: Harvard University Press, 1962.

PARSONS, Talcott. *The social system*. Glencoe: The Free Press, 1959.

PICKERING, John. “Designs on the city: urban experience in the age of electronic reproduction”. In: DOWNEY, John e MCGUIGAN, Jim (eds.). *Technocities*. London: Sage, 1999.

ROCHER, Guy. *Talcott Parsons e a sociologia americana*. São Paulo: Francisco Alves, 1976.

SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHUTZ, Alfred. *The phenomenology of the social world*. London: Heinemann Education Books, 1972.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVA, Josué Pereira da. “Cidadania e reconhecimento”, In: AVRITZER e DOMINGUES (org.). *Teoria Social e Modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SIMMEL, Georg. *On individuality and social forms*, editado por D. Levine. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

STEEMERS, Jeanette. “Broadcasting is dead. Long live digital choice”. In: MACKAY, Hugh e O’SULLIVAN, Tim (eds.). *The media reader: continuity and transformation*. London: Sage, 1999.

TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1947.

TOURAINÉ, Alain. *O retorno do actor*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

ZEC, Peter. “Das Medienwerk – Ästhetische Produktion im Zeitalter der elektronischen Kommunikation”. In: RÖTZER, Florian (ed.). *Digitaler Schein – Ästhetik der elektronischen Medien*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1991.